

1 **1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **DE FRANCA – 29 DE JANEIRO DE 2015.**

3 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve
4 início a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a
5 presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social
6 de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião
7 dezesseis (16) conselheiros sendo seis (6) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os
8 seguintes **Conselheiros titulares:** Ariluce Ferreira Vilela, Sônia Regina Barbosa Quirino,
9 Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano, Elisa
10 Francisconi, Cloves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes
11 da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Águeda Coelho
12 Marques Soares, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi Passone.
13 **Conselheiros na titularidade:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Aparecida das Dores
14 Oliveira Schmidt Capela. Participaram da reunião 26 convidados. **Com a seguinte pauta:**
15 **Assuntos:** Prestação de Contas Trimestral – 4º Trimestre 2014; Composição da Comissão da IX
16 Conferência Municipal de Assistência Social; Relatório de Atividades 2014; Deliberação sobre
17 Resolução do CMAS que altera e revoga a Resolução CMAS 183/2011 - que dispõe sobre
18 Inscrição de Entidades. **Informes:** Encaminhado ofício à UNESP – substituição do conselheiro
19 José Fernando; Encaminhado ofício à SEDAS – andamento da Alteração da Lei de Criação do
20 CMAS; Pleito Eleitoral CONSEAS; Convite Audiência Pública da Secretaria de Saúde; Convite
21 Federação APAES; Acervo do CMAS – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
22 – Viver Sem Limite. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa de
23 ausência da conselheira Selma. Após, o mesmo expôs a pauta do dia que foi aprovada. No
24 decorrer da reunião o presidente desejou as boas vindas aos participantes que compareceram pela
25 primeira vez no Conselho e pediu para que se apresentassem. A conselheira Elisa realizou a
26 leitura da ata da trigésima reunião ordinária do dia 18 de Dezembro de 2014, que foi aprovada na
27 íntegra. Dando continuidade à reunião, Márcio passou a palavra para a servidora Sandra
28 Carvalho que iniciou a apresentação do primeiro assunto da pauta referente à Prestação de
29 Contas do 4º Trimestre e Prestação de Contas dos Recursos Estaduais, exercício 2014. Sandra
30 exibiu o balancete das contas do Município, Estado e União alocados no Fundo Municipal de
31 Assistência Social, bem como, aqueles recursos que são da Secretaria de Ação Social, porém não
32 estão no Fundo Municipal. Os quadros apresentados demonstraram os recursos orçados,
33 empenhados e pagos, além do detalhamento das receitas recebidas e das despesas efetuadas no
34 trimestre e o total executado. Durante a apresentação, alguns itens foram destacados e
35 esclarecidos. Dentre estes, Sandra informou que os recursos municipais de transferência às

36 entidades que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, apresentam um
37 valor pago menor que o orçado, pois as parcelas de novembro e dezembro foram pagas com
38 recursos da União, conforme aprovação do colegiado. Na Proteção Social Especial, os recursos
39 municipais de transferência às entidades estão maiores do que o valor orçado considerando que
40 ao valor pago foi acrescido o recurso de emenda parlamentar paga a Instituição Espírita Nosso
41 Lar e ainda os convênios firmados e pagos à partir de agosto de 2014. Sandra lembrou que os
42 recursos da União, tiveram atrasos significativos na liberação das parcelas, o que resultou em
43 remanejamentos e na necessidade de utilização de recursos próprios. Com relação ao saldo do
44 ACESSUAS/PRONATEC, destacou que esse recurso é bastante “engessado” o que dificulta a
45 sua aplicação. A diretora da Proteção Social Básica, Jane, afirmou que o recurso só pode ser
46 utilizado em despesas de material de consumo e pagamento de pessoal. Falou que a equipe do
47 ACESSUAS atualmente está composta por 02 profissionais, considerando que 03 funcionárias se
48 desligaram da Prefeitura, o que ocasionou a redução na folha de pagamento. Sandra esclareceu
49 também que o recurso da União da Proteção Social Especial – Piso Variável de Média
50 Complexidade – PETI, deverá ser reprogramado para utilização no SCFV, conforme orientações
51 do MDS. Salientou que os saldos registrados nos slides referem-se aos valores existentes nas
52 contas em 31/12/2014, porém ainda serão lançadas despesas correspondentes a restos a pagar
53 para efeito no cálculo da reprogramação de saldos, assim os saldos do exercício de 2014 só
54 poderão ser apurados após o 1º trimestre de 2015. Em seguida Sandra passou a apresentação da
55 Prestação de Contas do Recurso Estadual do Exercício de 2014, destacando que a Prestação de
56 Contas deve ser finalizada até 30 de Janeiro de 2015, com a devolução do recurso que não foi
57 utilizado até a data de 31 de Dezembro de 2014. Disse que neste ano há uma pendência, uma vez
58 que o Estado não repassou as parcelas para execução do serviço de Residência Inclusiva,
59 conforme Termo de Convênio. Informou que a Secretaria de Ação Social fez uma consulta junto
60 à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS e ontem recebeu a
61 informação de que as parcelas de Novembro e Dezembro deverão ser creditadas até amanhã, dia
62 30 de Janeiro. Diante dessa situação informou que na Prestação de Contas a ser apresentada não
63 constarão essas parcelas do recurso da Residência Inclusiva. Assim, apresentou os slides com os
64 valores de repasse, rendimentos, despesas e saldos a serem devolvido. Na Proteção Social Básica
65 foi repassado o valor de R\$ 52.327,20 (Cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte
66 centavos), as despesas foram no valor exato de repasse e o saldo a ser devolvido no valor de R\$
67 87,59 (Oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) refere-se aos rendimentos. Na Proteção
68 Social Especial foi repassado R\$ 292.721,90 (Duzentos e noventa e dois mil, setecentos e vinte e
69 um reais e noventa centavos), os rendimentos foram de R\$ 2.872,60 (Dois mil, oitocentos e
70 setenta e dois reais e sessenta centavos), as despesas foram de R\$ 260.073,78 (Duzentos e

71 sessenta mil, setenta e três reais e setenta e oito centavos) e o saldo a ser devolvido R\$ 35.520,72
72 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais e setenta e dois centavos). O recurso referente à
73 execução do Serviço de Medidas Socioeducativas-Liberdade Assistida foi de R\$ 115.200,00
74 (cento e quinze mil e duzentos reais), a despesa foi no valor exato do repasse e a devolução de
75 R\$ 145,78 (Cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) referente aos rendimentos do
76 ano. A conselheira Tina questionou sobre a devolução do recurso da Proteção Social Especial.
77 Ana Paula, Diretora da Proteção Social Especial, explicou que esse valor refere-se às despesas
78 para manutenção do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, relacionadas a realização
79 do Ciclo de Reflexões e para a compra de utensílios como mamadeiras, fraldas, chupetas, roupas
80 para bebês e outros. Relatou que todas as licitações foram desertas, ou seja, sem empresas
81 interessadas, esclarecendo que também não foi possível utilizar o recurso em outras ações,
82 considerando que o Planejamento e o Plano de Aplicação foram definidos para esse fim. A
83 conselheira Tina solicitou esclarecimento sobre o recurso de manutenção do Amparo Social. A
84 Diretora Jussara explicou que esse recurso é utilizado somente para despesas emergenciais, como
85 passagens. O recurso é mensal e fica na Secretaria e não sendo utilizado ele é devolvido para a
86 conta da Prefeitura. A conselheira Sonia questionou sobre a lista de espera do Programa de
87 Oxigenoterapia e sobre a previsão de ampliação de vagas. Jane explicou que não haverá
88 ampliação de vagas justificando que ficou definido que a partir deste ano, além da análise
89 socioeconômica, outro critério para inserção no programa, será a utilização de apenas um tipo de
90 aparelho, ou seja, aquele que provoca um aumento maior no consumo de energia. Ressaltou,
91 porém, que os usuários que já são atendidos não serão excluídos. Finalizada a apresentação e as
92 manifestações, Marcio solicitou a deliberação do colegiado sobre o assunto, sendo aprovada a
93 Prestação de Contas do 4º Trimestre e aprovada também a Prestação de Contas da Proteção
94 Social Básica e Especial referente aos Recursos Estaduais recebidos em 2014. Os slides
95 apresentados ficarão anexos a esta ata. Dando sequência à reunião, Márcio apresentou o segundo
96 assunto da pauta sobre a Composição da Comissão da IX Conferência Municipal de Assistência
97 Social. Disse que o aluno Lucas do curso de Direito e integrante do grupo “Núcleo de Cidadania
98 Ativa da UNESP/Franca” trouxe uma proposta do grupo para o colegiado e passou a palavra ao
99 referido. Lucas cumprimentou todos os presentes e declarou que o grupo, coordenado pelo
100 Professor Murilo, tem interesse em participar e colaborar na organização da Conferência,
101 destacando que a intenção do grupo seria contribuir voluntariamente e de maneira informal na
102 organização dos trabalhos da conferência. Fez ainda uma breve explanação sobre os objetivos do
103 grupo. O presidente Márcio salientou que a Comissão Organizadora realiza reuniões ampliadas
104 com a participação de colaboradores e solicitou a manifestação do colegiado perante a proposta
105 apresentada. A conselheira Sônia expôs sua opinião dizendo que oficialmente apenas os

106 conselheiros deveriam integrar a comissão, mas que durante as reuniões ampliadas, tanto o grupo
107 como quaisquer outros conselheiros não membros da comissão poderão sim contribuir na
108 realização da Conferência. Após discussões e manifestações dos presentes ficou definido que o
109 Grupo poderá participar das reuniões da comissão, enquanto colaboradores. Em seguida passou-
110 se a composição da comissão organizadora com a manifestação de conselheiros sobre a
111 importância da paridade da mesma e ao final de várias discussões ficou definido que mesma será
112 composta pelo Presidente Márcio, Vice-Presidente Tina, 03 conselheiros da Sociedade Civil
113 (José Carlos, Juliana e Rosangela) e 03 conselheiros do Poder Público (Águeda, Dalva e Jane).
114 Definiu-se ainda que as unidades estatais CRAS, CREAS e Centro POP, por meio de seus
115 coordenadores, integrarão uma comissão executiva e atuará como um grupo de colaboradores, à
116 parte da comissão, mas ambas as comissões deverão atuar de maneira integrada. Dando
117 sequência a reunião, Márcio passou para o próximo assunto sobre o Relatório de Atividades de
118 2014. Maria Amélia lembrou que no final do ano passado foi realizada a apresentação das ações
119 do CMAS e destacou que o Relatório de Atividades é o detalhamento desta. Enfatizou que este é
120 um momento de verificar o trabalho realizado, as pendências e as metas a serem priorizadas.
121 Disse que o Relatório foi encaminhado em Dezembro para que todos os conselheiros pudessem
122 fazer a leitura e apontar sugestões, contribuições ou correções. As metas previstas para o ano de
123 2015 foram lidas e discutidas pelos conselheiros. Em seguida informou que com a validação do
124 Relatório pelos conselheiros, o mesmo será publicizado junto aos diversos Órgãos além de ficar
125 disponível no link do CMAS, no site da Prefeitura. Prosseguindo com a reunião, passou-se para
126 o último assunto da pauta, referente à Deliberação sobre a proposta de alteração da Resolução
127 CMAS 183/2011, que dispõe sobre inscrição de entidades. Maria Amélia explicou todo o
128 processo que culminou na elaboração de proposta de Alteração da referida Resolução, trabalho
129 executado pela Comissão de Inscrição. Informou que o documento foi encaminhado aos
130 conselheiros no final de Dezembro para análise, sugestões e contribuições. Márcio sugeriu que a
131 Resolução deve ser discutida e aprovada somente se os conselheiros tiverem feito a leitura e
132 análise da mesma, caso contrário propõe que esse trabalho seja feito individualmente e a
133 aprovação na próxima reunião. Cloves concordou que os conselheiros devam fazer uma leitura e
134 que encaminhem as contribuições e sugestões para o email do Conselho. Assim ficou definido
135 que a mesma deverá constar como primeiro assunto a ser deliberado na pauta da próxima
136 reunião. Na sequência Márcio passou ao primeiro informe, explicando que foi enviado um ofício
137 à UNESP, solicitando a substituição do conselheiro José Fernando, porém a Universidade ainda
138 não se manifestou. Em seguida, relatou que foi encaminhado também um ofício à Secretaria de
139 Ação Social solicitando informações sobre o andamento da proposta de alteração da Lei de
140 Criação, esclarecendo que a Secretária Gislaine comunicou que irá agendar uma reunião na

141 Secretaria de Finanças e posteriormente trará a devolutiva ao colegiado. O informe posterior
142 referiu-se ao Pleito Eleitoral CONSEAS/SP e o presidente informou que foi enviado email às
143 entidades, com as deliberações que orientam sobre o referido. Maria Amélia salientou que
144 nenhuma entidade manifestou interesse em concorrer ao Pleito Estadual. Márcio apresentou em
145 seguida o convite para a Audiência Pública da Secretaria de Saúde que acontecerá no próximo
146 dia 30 às 15h. O conselheiro Cloves comprometeu-se em participar. Após foi exibido o convite
147 da Federação das APAES referente a posse da nova diretoria. Tina participará como
148 representante do CMAS. Finalizando foi apresentado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa
149 com Deficiência – Viver sem Limites, que ficará no acervo do CMAS para consulta dos
150 interessados. Márcio lembrou que o mesmo também está disponível em meio eletrônico e
151 Mariangela informou que está no site da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Tina,
152 enquanto membro da comissão de inscrição lembrou que será necessário agendar uma reunião
153 extraordinária para deliberação sobre a inscrição de 03 entidades que estão em análise pela
154 comissão. O colegiado definiu realizar essa reunião no próximo dia 12 de fevereiro, logo após a
155 reunião ordinária do CMAS. O conselheiro Leonel solicitou que a Comissão de Orçamento seja
156 convocada para uma reunião na próxima semana. Em seguida Leonel falou do Bazar da
157 Pechincha do Berçário Dona Nina que será no próximo dia 07 de fevereiro. A convidada Cristina
158 solicitou a palavra para socializar uma notícia, informando que Furnas Centrais Elétricas está
159 com edital aberto até Março, para seleção de projetos. Nada mais havendo a tratar a reunião foi
160 encerrada e a ata lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.